

RESOLUÇÃO Nº 272, DE 22 DE MARÇO DE 2006

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2006 -
Condições Gerais de Financiamento. 2.
Itens não financiáveis - Alínea "h"

O PRESIDENTE do CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 37ª Reunião Ordinária realizada em 22.03.2006, em Pirenópolis (GO), o Colegiado resolveu aprovar alteração no texto da alínea "h" do item 2-Itens Não Financiáveis, das Condições Gerais de Financiamento da Programação do FCO para 2006, admitindo o financiamento de aviões para o serviço de assistência aeromédica, o qual passará a ter a seguinte redação:

"2. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS - Não constitui objetivo do FCO financiar:

.....
h) helicópteros e aviões, exceto aviões de fabricação nacional para pulverização agrícola, aviões para empresa aérea regional de transporte regular de passageiros e aviões para empresa de taxi aéreo homologada pela ANAC para transporte de passageiros enfermos, limitado a uma operação por beneficiário;"

CIRO FERREIRA GOMES

RESOLUÇÃO Nº 273, DE 22 DE MARÇO DE 2006

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2006-
Programa de Desenvolvimento de Irrigação
e Drenagem.

O PRESIDENTE do CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 37ª Reunião Ordinária realizada em 22.03.2006, o Colegiado resolveu aprovar a constituição de um Grupo de Trabalho composto por representantes do Banco do Brasil S/A, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Estado de Goiás, com a atribuição de examinar a proposta de criação de um Programa de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem e apresentar suas conclusões para deliberação pelo Conselho na próxima reunião extraordinária que será realizada em 11.04.2006.

CIRO FERREIRA GOMES

RESOLUÇÃO Nº 274, DE 22 DE MARÇO DE 2006

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2006 -
Condições Gerais de Financiamento - 10.
Assistência Máxima Permitida pelo Fundo

O PRESIDENTE do CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 37ª Reunião Ordinária realizada em 22.03.2006, em Pirenópolis (GO), o Colegiado resolveu aprovar alteração no texto do item 10. Assistência Máxima Permitida pelo Fundo, subitem "OBS:", o qual passará a ter a seguinte redação:

"10. ASSISTÊNCIA MÁXIMA PERMITIDA PELO FUNDO - A assistência máxima global com recursos do Fundo está limitada a R\$ 4,8 milhões, por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário.

a) em caráter de excepcionalidade, os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal poderão conceder anuência prévia em cartas-consultas de valores superiores a R\$ 4,8 milhões, até o limite máximo de R\$ 120 milhões/ano por Unidade Federativa, respeitado o teto máximo de financiamento de R\$ 40 milhões, por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, bem como o limite de 51% fixado na Resolução nº 197, de 20.06.2003, preferencialmente para projetos de alta relevância em regiões de economia estagnada e com crescimento negativo, definidas pelos CDE;

b) o cumprimento do limite máximo de R\$ 120 milhões/ano, autorizado conforme alínea "a" acima, será apurado, em caráter transitório, computando-se os valores das operações já contratadas acrescidos dos valores previstos para desembolso no ano de 2006 em projetos conduzidos inicialmente ao abrigo do FAT-Integrar e em novas operações.

CIRO FERREIRA GOMES

RESOLUÇÃO Nº 275, DE 22 DE MARÇO DE 2006

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2006 -
Limite Financiável - Classificação dos
Municípios - Tipologia da Política Nacional
de Desenvolvimento Regional

O PRESIDENTE do CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 37ª Reunião Ordinária realizada em 22.03.2006, em Pirenópolis (GO), o Colegiado resolveu aprovar a alteração dos itens "Limite Financiável" dos Programas de Financiamento da Programação do FCO

para 2006, adequando-os à Tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR nos termos como constou da Proposta de Aplicação dos Recursos do FCO para 2006, submetida ao Conselho na 36ª Reunião Ordinária pela Proposição nº 42/2005, de 25.11.2005, e Parecer Conjunto nº 03/2005/SDR-SCO, de 14.11.2005.

CIRO FERREIRA GOMES

Ministério da Justiça**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
CRIMINAL E PENITENCIÁRIA****ATA DA 318ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 E 14 DE FEVEREIRO DE 2006**

Aos treze e quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília/DF. Estiveram presentes o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e os seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Carlos Lélio Lauria Ferreira, Carlos Weis, Cassio Castellarin, Clayton Alfredo Nunes, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Geder Luiz Gomes Rocha, Luís Guilherme Martins Vieira, Maurício Kuehne, Mario Julio Pereira da Silva, Pedro Sérgio dos Santos e Vetuval Martins Vasconcelos. Justificou a ausência, por motivos de força maior, o Conselheiro Laertes de Macedo Torrens. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira declarou aberta a 318ª Reunião Ordinária do CNPCP e, em seguida, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Parabenizou os Conselheiros Carlos Martins Antico, César Oliveira de Barros Leal e Edison José Biondi, pela recondução, assim como o Conselheiro Cassio Castellarin, pelo retorno ao órgão. Disse que se sente feliz com suas presenças, pois cada um seguramente tem dado uma valiosa contribuição ao Conselho. Deu boas vindas aos Dr. Geder Luiz Rocha Gomes e ao Dr. Luís Guilherme Martins Vieira, novos Conselheiros. Asseverou que tem no CNPCP amigos e companheiros imbuídos dos mesmos objetivos, que são o de servir o povo brasileiro na definição de uma política criminal e penitenciária mais adequada ao País. Prosseguiu com a assinatura dos termos de posse. Dando continuidade à reunião, submeteu ao crivo dos presentes a ata da 317ª Reunião Ordinária do CNPCP, aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Passando à fase das comunicações, o Conselheiro Maurício Kuehne fez chegar às mãos dos eminentes Conselheiros a publicação "Educação em Serviços Penais - Fundamentos de Política e Diretrizes de Financiamento", solicitando a opinião de cada um dos membros do Conselho. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos noticiou que, em 2005, inspecionou a Cadeia Pública de Senador Canedo/GO, e, após a visita, o Secretário de Estado da Justiça de Goiás, Dr. Jonas Silva, afastou o Delegado, e a Polícia Civil saiu da direção da Cadeia, estando agora sob a responsabilidade da Agência Prisional. Falou que os problemas referentes aos maus tratos foram sanados. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira o parabenizou pela iniciativa. Passando à fase das proposições, o Conselheiro Carlos Weis, após cumprimentar a todos, disse sentir prazer e orgulho pessoal em comunicar a criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, assinalando que, embora criada tardiamente e a reboque de outras, o Estado de São Paulo foi, sem dúvida, o pioneiro na assistência jurídica. Destacou diversos avanços no setor, além da introdução dos seguintes pontos: autonomia funcional e administrativa; tutela jurídica integral e gratuita, individual e coletiva, judicial e extrajudicial dos necessitados; prestação de orientações permanentes sobre direitos e garantias; eleição do Defensor Público-Geral por lista tríplice, encaminhada ao Governador do Estado; escolha do ouvidor pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, o qual tem assento no Conselho Superior da Defensoria; fortalecimento do Conselho Superior, que passa a ter grande poder deliberativo; e estruturação do órgão em núcleos especializados para melhor assistência à população. No que diz respeito ao atendimento à massa carcerária, enfatizou o que prevê o art. 46, §1º da Lei Complementar nº 988/2006. E, por fim, propôs o envio de ofício, parabenizando o Governador do Estado de São Paulo pela criação da Defensoria Pública e pelas inovações da legislação que disciplina sobre o órgão. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira cumprimentou o Conselheiro pelo empenho na feita e aprovação da referida Lei. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia cumprimentou os Conselheiros empossados e o Conselheiro Carlos Weis pela criação da Defensoria Pública. A Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira endossou a proposta do Conselheiro Carlos Weis, achando-a fundamental porque a Lei é excelente e o importante é o fortalecimento da instalação das defensorias. A proposta do Conselheiro Carlos Weis foi aprovada, à unanimidade. Com a palavra, o Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva cumprimentou os eminentes Conselheiros que se incorporaram ao Conselho e propôs o envio de mensagens aos Conselheiros Bernardino Ovelar Arzamendia, Ricardo de Oliveira Silva e Rogério Etzel, cumprimentando-os pelos relevantes serviços prestados a este Colegiado. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira referiu elogiosamente a iniciativa, a qual foi aprovada. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne noticiou o encaminhamento ao Conselho, na condição de Diretor do DEPEN/MJ, de documento referente a uma falha relacionada às Diretrizes para Construção e Reforma de Estabelecimentos Prisionais. Após várias manifestações, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira sugeriu a sua atuação e encaminhamento ao Conselheiro Clayton Alfredo Nunes. Dando continuidade à pauta

da reunião, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira anunciou a presença do Dr. Davi de Paiva Costa Tangerino, Diretor Executivo do ILANUD - Instituto Latino-americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, que expôs uma pesquisa referente a crimes hediondos. Com a palavra, o Dr. Davi de Paiva Costa Tangerino agradeceu o convite para apresentar a pesquisa. Disse que o ILANUD nasceu no Brasil, por meio do Ministério da Justiça, como um órgão de cooperação, de modo que tem realizado várias pesquisas e trabalhos, ora solicitados pelo Gabinete do Ministro da Justiça, ora pela Secretária Nacional de Justiça/MJ e pelo DEPEN/MJ. Disse estar feliz em somar-se aos esforços do Conselho e que já teve oportunidade de ler o parecer do Conselheiro Carlos Weis concernente ao tema. A pesquisa solicitada pelo Ministro da Justiça questiona a eficácia da Lei dos Crimes Hediondos. Iniciou a apresentação trazendo um comentário do Deputado Érico Pegoraro (PFL) sobre a celeridade ímpar na aprovação da Lei dos Crimes Hediondos. Aduziu que a pesquisa utilizou como metodologia as estatísticas criminais e prisionais. Buscando alcançar o impacto da Lei dos Crimes Hediondos, verificou o comportamento estatístico desses crimes antes da promulgação da Lei e aferiu se dito comportamento foi ou não compatível com a tendência projetada antes da edição da Lei. Além disto, apresentou gráficos e análises, fazendo uma comparação da Região Metropolitana de São Paulo com a Capital, relativamente aos crimes de latrocínio, homicídio, tráfico de drogas, estupro, seqüestro e atentado violento ao pudor. Apresentou, também, gráficos comparando a Região metropolitana, a Capital e o Estado do Rio de Janeiro nos crimes de tráfico de drogas, atentado violento ao pudor, seqüestro, estupro, latrocínio e homicídio. Depois, apresentou a comparação inter-regional: São Paulo e Rio de Janeiro. Após a exibição dos gráficos, informou, em conclusão, que não há como relacionar positivamente a edição da Lei ao comportamento subsequente dos índices criminais. Desta forma, é possível afirmar que o endurecimento penal não interferiu na criminalidade registrada, mas concorreu para o agravamento de um problema bastante sério: a superpopulação prisional. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu ao ILANUD e ao Dr. Davi de Paiva Costa Tangerino pela pesquisa. O Conselheiro Maurício Kuehne indagou sobre o impacto no sistema prisional e se o objeto do convênio previa algum estudo em relação a outros estados. O Dr. Davi de Paiva Costa Tangerino disse que o relatório final contém pontos referentes ao sistema prisional, mas é um lado frágil da pesquisa. A Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira disse que a conclusão da pesquisa é excelente, pois reforça e ajuda o discurso do Conselho contra a Lei dos Crimes Hediondos. O Conselheiro Carlos Weis parabenizou o trabalho do ILANUD, agregando que reforça seu parecer, aprovado no Conselho. Disse que a UNESCO apresentou pesquisa, mostrando que no estado que oferece atividades relacionadas à educação, à cultura e ao esporte, o número de crimes diminui. Sugeriu que, nas próximas apresentações, seja esclarecido o método utilizado na pesquisa. Após várias manifestações, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu a presença do Dr. Davi de Paiva Costa Tangerino que ficou de enviar a pesquisa completa para o Conselho. Dando continuidade, o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos falou sobre o andamento do processo relativo à recondução dos Conselheiros junto ao Tribunal de Contas da União, esclarecendo que as considerações do CNPCP foram admitidas, com efeito suspensivo. O Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos comunicou que, em contato com o Assessor do Ministério da Justiça, foi informado de que o Gabinete não tomará nenhuma providência para responder ao Acórdão, ficando acertado que a presidência informe sobre a questão. Disse que foi indicado pelo Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira para elaborar um pedido de reconsideração do acórdão e que o Conselheiro César Leal participou da elaboração desse documento. Informou, ainda, que, no pedido de reconsideração, falou da legitimidade do CNPCP, um órgão colegiado do Ministério da Justiça, assim como da tempestividade do pedido, pois só se tomou conhecimento do referido Acórdão em 09.12.05, interpondo este recurso dentro do prazo de quinze dias. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu o trabalho dos Conselheiros Vetuval Martins Vasconcelos e César Oliveira de Barros Leal. Dando seqüência à reunião, o Conselheiro Carlos Weis expôs, rapidamente, a questão da minuta elaborada pela Secretaria de Administração do Estado de São Paulo a respeito da Administracionalização dos Benefícios da Execução Penal, solicitando a sua atuação e encaminhamento aos Conselheiros Carlos Weis e Luís Guilherme Martins Vieira para manifestação. Informou, ainda, que os demais Conselheiros receberão também uma cópia para que se pronunciem, pois o assunto é relevante. Informou, por igual, que o processo passou pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, sendo aprovado por maioria, tendo o voto discordante do Conselheiro Carlos Lélio Lauria, integrante daquele Colegiado. Disse ainda, que o assunto já foi debatido no CNPCP, mas, como agora se tornou um projeto de lei, sugeriu que o assunto seja debatido no âmbito do Conselho. Comunicou que, em março, será realizada, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, uma audiência pública, para a qual será convidado o Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, Dr. Nagashi Furukawa, a fim de expor o assunto. Desta audiência participarão os membros do Conselho Penitenciário de São Paulo. Com a palavra, o Conselheiro Luís Guilherme Martins Vieira informou que o projeto teve início em dezembro do ano passado, e que, como Coordenador-Geral do Movimento Antiterror, tomou conhecimento e se contrapôs ao então projeto de Regime Disciplinar Diferenciado. E que, também, se pronunciou contrário a esta proposta, pois entende ser um grande retrocesso na legislação. Registrou, ainda, que, por razões éticas e de foro íntimo, deixaria, em razão de ser empossado como Conselheiro do CNPCP, pela incompatibilidade, as funções de Coordenador-Geral do Movimento Antiterror e de Conselheiro da Associação pela Reforma Prisional. Explicou que, conforme a pro-